



## **Agroecologia: ciência de produção e respeito à qualidade de vida**

Henriqueta Alves da Silva<sup>1</sup>; Luis Pedro Hillesheim<sup>2</sup>  
Cleber de Oliveira<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Bolsista CNPq/ URI –Campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: henriavs@gmail.com; <sup>2</sup> Coordenador do Projeto de Pesquisa Neapomau/URI- Campus de Frederico Westphalen/RS, luispedro@edu.com.br; <sup>3</sup> Bolsista CNPq/ URI –Campus de Frederico Westphalen/RS. E-mail: clebercoptec@gmail.com

### **Eixo temático: Manejo de Agroecossistemas de Base Ecológica**

**Resumo:** O presente artigo discute a agroecologia como mecanismo sustentável de produção, com o objetivo de refletir sobre a sua importância e suas práticas, já que o modelo desenvolvimento que adota práticas degradantes do ambiente da saúde humana e dos animais, é insustentável e limitado, não tendo perspectivas de recursos naturais e de vida para as futuras gerações, pois adota tecnologias limitadas e que reembolsam economicamente os monopólios produtores de insumos e que degradam completamente os recursos naturais e a saúde humana, é um modelo hegemônico não atende ao padrão sustentável de produção e preservação ambiental. Este estudo bibliográfico busca apresentar as consequências na saúde humana e no ambiente das práticas degradantes realizadas, contextualizando o entendimento e a generalização do termo desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Agricultura camponesa. Produção Orgânica. Desenvolvimento.

### **Introdução**

Agroecologia é um tema necessário e urgente, pois o modelo desenvolvido como processo produtivo baseado nos princípios da Revolução Verde, traz o histórico de monocultivos com destruição do ambiente, inúmeros danos à saúde dos trabalhadores rurais, dos consumidores do veneno agregado aos alimentos e a monocultura da soja.

Segundo Carvalho (2002), desde a década de 1970 os pequenos agricultores foram incentivados a adoção de tecnologias de capital-intensivo, induzidas pelas políticas públicas, através dos financiamentos e a monocultura de grãos, isto tudo direcionado a atender uma demanda de mercado dos países industrializados.

Este processo desenfreado, sem limites e insustentável, atente somente a especulação do capital externo e gera uma competitividade de produção e exploração dos meios de produção dos agricultores, tornando-os empresários com único objetivo, explorar o ambiente a seu próprio benefício e da demanda do mercado para exportação. Stahel contribui para compreensão e análise do assunto.



A atual crise ecológica é apenas o reflexo do caráter insustentável do capitalismo. Portanto, discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, resulta em um discurso vazio. (Stahel, 1995, p.117)

Com esta reflexão e necessidade do diálogo sobre a Agroecologia, cito dois questionamentos centrais na discussão sobre o Desenvolvimento do Campo: existe alternativa? Qual a proposição de fato sustentável?

## **Metodologia**

Este trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e hermenêutica das experiências resultantes da atuação profissional, que vem na busca qualificar atividades práticas e da docência na universidade, buscando contribuir para práticas sustentáveis de alimentação saudável, livre de contaminantes prejudiciais ao ser humano e ao ambiente.

As práticas no trabalho de campo e o empirismo são fundamentais para o trabalho na agricultura sustentável, negando, portanto, a dependência de insumos externos e o domínio de tecnologias que sejam degradantes ao ambiente ou a saúde humana.

## **O termo “desenvolvimento”**

Há elementos que diferenciam as formas de se fazer agricultura e seus aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, destacando na comparação, a produção agrícola e a forma de organização social, além das implicações destes dois na vida da classe trabalhadora e suas consequências, e é necessário para compreender a concepção de desenvolvimento.

Há mais de duzentos anos, com o surgimento da Revolução Industrial, observa-se a integral exploração da natureza pelo homem, acarretando sérios problemas à saúde humana e consequências ambientais em larga escala. As grandes cidades dos países industrializados cresceram e demandaram da agricultura o sustento, para isso a modernização da mecanização e o uso de adubos solúveis e outros químicos sintéticos foi introduzido como falsa alternativa no rural. Nas cidades foram disponibilizados bens de consumo, alimentos processados, automóveis e eletrodomésticos. Para atender esse tipo de demanda as consequências foram devastadoras, entre as principais, à degradação pelo uso excessivo e abusivo do ambiente, com uma alta quantidade de lixo gerado pelas metrópoles, um intenso desmatamento para o avanço da agricultura, além da contaminação e degradação ambiental pelos produtos químicos sintéticos. Conforme Vianna (1994) destaca, houve incentivos intencionais, pelos países ditos mais avançados, que se responsabilizaram em espalhar pelo mundo todo o modelo de desenvolvimento para homogeneizar a agricultura.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países da Europa e da América do Norte, que tinham níveis altos de industrialização, intensificaram sua expansão econômica rumo



às regiões do planeta consideradas mais atrasadas. Os países do chamado Primeiro Mundo – em especial, os Estados Unidos da América – se colocaram como exemplo a ser seguido para que todas as sociedades atingissem o desenvolvimento. A industrialização e a modernização eram os instrumentos propostos para esses países se desenvolverem. (VIANNA, 1994, p.15).

Este modelo citado foi visto sempre como promotor do desenvolvimento para os países tidos como atrasados. Esteva (2000), explica parte do uso do termo desenvolvimento durante a história, onde para a biologia identifica o crescimento natural de plantas e animais, sendo possível demonstrar então a finalidade deste, comparando crescimento à desenvolvimento.

[...] o desenvolvimento, ou a evolução dos seres vivos, referia-se ao processo através do qual organismos atingiam seu potencial genético: a forma natural daquele ser prevista pelo biólogo. Frustrava-se o desenvolvimento todas as vezes que a planta ou o animal não lograssem cumprir seu programa genético, ou substituíssem por outro. Nos casos de fracasso, o crescimento era considerado não como desenvolvimento e sim como uma anomalia: um comportamento patológico, ou até antinatural. O estudo destes “monstros” foi fundamental para a formulação das primeiras teorias biológicas (ESTEVA, 2000, p. 62).

O autor expressa a compreensão dada a palavra, figurada em sua interpretação em um sentido convincente a quem não tem opinião formada sobre os desvios ideológicos que a expressão possa identificar. “O desenvolvimento ocupa o centro, de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano”. (ESTEVA, 2000, p. 61).

O modelo desenvolvimentista não é capaz de suprir as demandas da população mundial, pois é um modelo que se apresenta insustentabilidade e profunda crise ecológica, afetando as populações, colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, aumentando as desigualdades entre ricos e pobres, intensificando a miséria, contaminando águas e do ar.

Está claro na interpretação dos autores, que priorizar crescimento, sem considerar outros fatores relevantes, como a preservação ambiental, as causas sociais e distribuição econômica, o modelo não se sustenta. Portanto, a forma adotada até então nos países ricos, não pode ser considerado como modelo de desenvolvimento, pois os benefícios atendem a um grupo reduzido da população, deixando as comunidades que promoveram a colonização e os pequenos proprietários de terras extremamente vulneráveis ao processo de desenvolvimento. Segundo Maestri (2001), as matrizes formativas do campesinato apresentadas – a *nativa*, a *cabocla*, a *quilombola* e a *escravista* – por não terem sólidos laços aldeões e comunitários, permitiram que suas terras fossem facilmente apropriadas, tendencialmente, pelos grandes proprietários. Para o autor o surgimento do campesinato com solidez no Brasil se deu no início do século XIX, através de pequenos agricultores imigrantes – alemães e suíços, e a partir de 1875 com os



italianos. Estes imigrantes, até 1850-1854 recebiam gratuitamente seus lotes, depois eram financiados, exportavam a produção excedente para centros consumidores. Ao contrário das outras vias “estas comunidades de agricultores proprietários originaram sociedades camponesas coeridas por sólidos laços familiares e profunda identificação com a propriedade da terra, como meio e caminho de inserção social e cidadã” (p. 16).

Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha. Assim Gorgen (2004), enfatiza que agricultura camponesa vive e sobrevive com pouca terra. “Se faz em pequenas áreas, a produção para o autoconsumo, para a subsistência, junto com a posse da terra, tem papel de garantir a liberdade produzindo alimentos e vivendo. A cultura está marcada com o vínculo com a terra”. (p. 11-13). E ainda identifica que a marca forte é a diversidade, esta cria identidades locais e ambientais. Liga território, práticas ambientais e socioculturais, solidificando identidades, se tornando trincheiras de resistência para o desenvolvimento da agroecologia como ciência e tecnologia.

### **Agroecologia: Ciência Sustentável**

A Agroecologia é uma ciência de práticas sustentáveis que respeitam o ambiente e permitem ao homem a exploração de recursos deste com a perspectiva de preservação para as futuras gerações. É um modelo de desenvolvimento do campo, que está baseado nos princípios sustentáveis.

Para Altieri (1998), principalmente quando não limita a visão do campo, somente a aspectos ambientais, mas consegue identificar atores envolvidos no processo numa dimensão multilateral relacionando aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos.

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agro ecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agro ecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional, genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (p. 18)

Logicamente que, para a visão imediatista e exploratória de recursos naturais, que por lei são permitidas, não haverá consciência de preservação ambiental, também falta a estes compreensão antropológica para compreenderem a evolução e relação da comunidades e do ambiente que existe a milhões de anos, e que por falta de compreensão e com intenção de sustentar o capital financeiro de grandes marcas de agroquímicos, poucos governos opõem-se e resistem a essas práticas depredatórias do ambiente, na justificativa falsa da produção de volume de alimento.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Há mecanismos e condições para práticas sustentáveis de agricultura, baseado nos princípios da agroecologia, aproveitando o conhecimento acadêmico atual e resgatando conhecimentos construídos ao longo da história por comunidades tradicionais.

As experiências mostram que quando se avança no trabalho produtivo tendo como eixo um outro modelo tecnológico, contrapondo o modelo até então estabelecido, a consciência política ideológica se solidifica e se materializa, garantindo a continuidade e conquista de espaços na luta maior, que servem de referência para este novo projeto idealizado e assumido pelas famílias. Conforme Altieri (1998, p. 38). “a Agroecologia é além de um modelo de produção um modo de vida”.

## Conclusões

O artigo possibilitou refletir que diante da organização da estrutura atual de desenvolvimento temos a ilusão de que não precisa mudar a estrutura do poder vigente na sociedade, restando apenas o cumprimento do modelo convencional de fazer agricultura, baseado nos pacotes da Revolução Verde e biotecnológica.

Para que ocorra de fato uma agricultura ecológica é necessário ir adotando técnicas para mudar as práticas de produção, para esta alteração do modelo de desenvolvimento do campo (modelo tecnológico e matriz produtiva), é necessário também à mudança no hábito alimentar da população consumidora e dependente de alimentos contaminados que causam problemas e que geram doenças. Pois, assim constrói-se uma cadeia sustentável que fortalece o trabalho e iniciativa de agricultores em busca de seu referencial produtivo com práticas que pensem na geração futura, do contrário continuaremos na destruição do espaço que estamos ocupando e pertence as futuras gerações.

## Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, Editora Agropecuaria, 2002.

CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares. **Princípios de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**: Apostila de apoio ao curso básico do CETAP. Passo Fundo, CETAP, 1997.

GUZMÁN, E.S. **El marco teórico de la agroecología**. Córdoba, Universidad de Córdoba 1995.

MAESTRI, M. A **Aldeia ausente**: Índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ETNIA

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



POLONESA NO BRASIL. Erechim, URI, 19 out/2001.

STAHEL, A.W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.